



CACS – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Lei de Criação nº 4.976 24 de abril de 2007

Lei nº 5.290 de 08 de dezembro de 2009

Lei nº 5.689 de 12 de setembro de 2012 – Da nova Redação

Lei nº 6.054 de 04 de agosto de 2015 – Altera os dispositivos da Lei 5290/09

Mandato 2015-2017

1

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CACS-FUNDEB DE 12/04/2016

1
2 Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas e trinta minutos horas em
3 primeira chamada, e treze horas em segunda chamada, ocorreu na sala de reuniões da Secretaria de
4 Educação, localizada na Avenida Getúlio Vargas, número 740, Assis. A 3ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, A Reunião foi presidida pela
6 Vice-Presidente do Conselho, Silvia Maria Almeida Mota com a presença dos seguintes conselheiros:
7 TITULARES 1. Luciana Ercolin Cirino; 2. Raquel Conceição de Souza Garcia Silva; 3. Sílvia Maria
8 Almeida Mota. SUPLENTE: 1. Ana Aparecida Pivato; 3. Stelamary Aparecida Despincieri Laham.
9 Justificou ausência Rosimeire dos Santos. A Reunião foi iniciada pela leitura e aprovação das Atas da 2ª
10 Reunião Ordinária realizada dia 12/04/2016, da 1ª Reunião Extraordinária realizada dia 28/04 e Leitura e
11 aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária realizada dia 03/05. Logo após foi realizada a leitura das
12 Correspondências recebidas e enviadas. Foram lidos: o questionário enviado pelo Tribunal de contas e
13 respondido pela Presidente Sra. Juliana de Souza Rocha, o qual foi entregue dia 14 de abril de 2016, dele
14 contavam 09 perguntas objetivas, que obtiveram como resposta 06 sim, 02 não e 01 prejudicado. No item
15 considerações finais de respostas, a presidente citou que a Prefeitura Municipal de Assis descumpra o Art.
16 2º § 4º da Lei Federal nº 11.738 de 16 julho de 2008, que regula o piso salarial mínimo para categoria e
17 determina a composição da jornada de trabalho, observando o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga
18 horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos. A Sra Luciana Ercolin comenta
19 que esse questionário foi entregue para prefeitura no dia 13 de abril, solicitando a devolução ao tribunal de
20 Contas no dia 14 de abril. Em sequência foi apresentado o Comunicado nº CF000212/2016 de 01/04/2016
21 informando a liberação de recursos financeiros destinados a Garantir a execução de programas do Fundo
22 Nacional de Desenvolvimento da Educação – PAR TD no valor total de R\$ 426.984,21. Outra
23 correspondência apresentada foi o Ofício nº 05/2016 enviado à SME referente à em resposta ao Ofício nº
24 26/2016 do Gabinete da Secretária de educação eo Ofício nº 62/2016 enviado à Promotoria Pública pela
25 presidente do Conselho do Fundeb. Em seguida foram lidos as mensagens de texto enviadas por e-mail
26 das conselheiras Rosimeire dos Santos e Silvia Mota, lembrando da necessidade de que todas as
27 questões sejam tratadas em reuniões antes de se enviar pareceres e comunicações em nome do
28 Conselho. Esses ofícios tratam do atraso para o Conselho receber a documentação da secretaria da
29 Educação, sobre o não cumprimento da Lei Federal nº 11.738 de 16 julho de 2008, que regula o piso
30 salarial mínimo para categoria e determina a composição da jornada de trabalho, observando o limite
31 máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os
32 alunos. A conselheira Luciana Ercolin a pedido explica que a documentação é enviada a pedido do
33 presidente do Conselho. Informa também que o documento enviado à promotoria já chegou ao
34 conhecimento do Prefeito e que estudos sobre a implantação da jornada do limite máximo de 2/3 (dois
35 terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos. É ressaltado
36 também que o documento enviado à promotoria em justificativa ao atraso de emissão de parecer, não
37 tratou desse assunto em nenhum momento e que os assuntos expostos se forem de comum acordo do



ASSIS-SP

**CACS – Conselho Municipal de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB**

Lei de Criação nº 4.976 24 de abril de 2007

Lei nº 5.290 de 08 de dezembro de 2009

Lei nº 5.689 de 12 de setembro de 2012 – Da nova Redação

Lei nº 6.054 de 04 de agosto de 2015 – Altera os dispositivos da Lei 5290/09

Mandato 2015-2017

2

38 conselho podem ser tratados. Em seguida, iniciou-se a Ordem do Dia com a leitura das minutas de dois
39 projetos de Lei sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.000,00 e Abertura de Crédito
40 Adicional Especial no valor de R\$ 15.500,00. A sra Luciana Ercolin explicou a sobrea de R\$ 6.000,00 se
41 refere ao fornecimento de alimentação para os alunos do Estado, e que não tem reprogramação, não
42 sendo possível utilizar em outras despesas, sendo que a prefeitura já foi notificada para devolução. A
43 Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 15.500,00 é de 2013, e foi enviada para compra de
44 um ônibus para Educação. No momento da compra houve uma diferença de R\$ 8.000,00, o qual ficou em
45 uma aplicação, totalizando nesse momento R\$ 15.500,00. O governo também já solicitou a devolução.
46 Após as explicações os conselheiros dão como aprovados e emitirão um parecer favorável. Seguindo a
47 pauta, passa-se a discussão sobre o Regimento Interno do CACS e fica acertado que faremos uma
48 assembleia para escolha de novos membros. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a
49 presente foi secretariada por mim Stelamary Aparecida Despincieri Laham que lavrei a presente Ata, que
50 deverá ser lida e assinada na próxima reunião deste conselho.

51

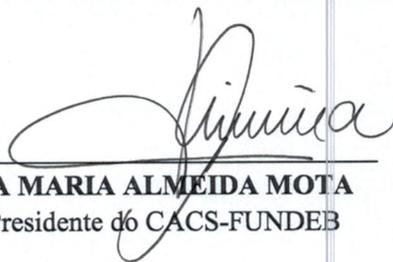
52

53

54 **JULIANA DE SOUZA ROCHA**

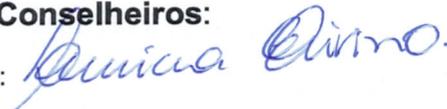
55 Presidente do CACS-FUNDEB

56


57 **SILVIA MARIA ALMEIDA MOTA**

58 Vice-Presidente do CACS-FUNDEB

57 **Assinatura dos Conselheiros:**

58 Luciana Ercolin Cirino: 

59 Francisco José Alves:

60 Rosimeire dos Santos:

61 Stelamary Aparecida Despincieri Laham 

62 Marli Aparecida Ferreira: 

63 Ana Aparecida Pivato: 

64 Maria do Carmo dos Santos Sachetti:

65 Maria de Fátima Leite Camargo:

66 Raquel Conceição de Souza Garcia Silva: 



ASSIS-SP

**CACS – Conselho Municipal de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB**

Lei de Criação nº 4.976 24 de abril de 2007

Lei nº 5.290 de 08 de dezembro de 2009

Lei nº 5.689 de 12 de setembro de 2012 – Da nova Redação

Lei nº 6.054 de 04 de agosto de 2015 – Altera os dispositivos da Lei 5290/09
Mandato 2015-2017

3

67 Patrícia Aparecida Ferreira:

68 Valdereide Aparecido Zorzo:

69 Nayara Júlia Deliberador:

70 Edvaldo Betin

71 Lucas Azevedo:

72 Joyce Cristina Tavares de Melo:

73 Matheus Tomé Moreira:

74 Matheus Paulino dos Santos:

75 Flávio Adriano de Souza

76 Marcos Antônio Valenciano

77 José Otávio Góis Botega: